

Consumidor pagaria a conta (Itaipu)

<http://clipping.ideiafixa.com.br/site/?id=438&chave=1651cf0d2f737d7adeab84d339dbabd3>

Consumidor pagaria reajuste

ZULMIRA FURBINO

Uma mudança nos preços da energia de Itaipu, como pede o presidente paraguaio, Fernando Lugo, seria um duro golpe no bolso do consumidor brasileiro. O insumo produzido na hidrelétrica binacional é comprado pelas distribuidoras brasileiras e qualquer variação nos preços é repassada à ponta do consumo. "Quando a tarifa de Itaipu é onerada, o repasse não estaciona na Eletrobrás. Se a distribuidora compra a energia mais cara, isso é integralmente repassado ao consumidor", afirma a analista de investimentos em energia da corretora SLW, Rosângela Ribeiro.

O empresário Walter Froes, diretor da CMU Energia, concorda. Na avaliação dele, o impacto para o consumidor seria

"terrível". Em abril, as contas de luz das residências mineiras servidas pela Cemig ficaram 4,87% mais caras. Já para o comércio e indústrias, a elevação variou entre 8,77% e 18,94%. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o reajuste foi influenciado por fatores como o aumento do dólar por causa da energia comprada de Itaipu.

Empresários do setor de energia, além de analistas de mercado, especialistas e executivos são unânimes em afirmar que não há espaço alterações nos termos do tratado assinado entre Brasil e Paraguai que viabilizou a construção da hidrelétrica de Itaipu. Os recursos para a construção da usina – cerca de US\$ 19 bilhões – saíram do Brasil e foram obtidos por meio de fi-

nanciamento. Parte desse montante foi refinanciado pelo próprio país ao Paraguai.

"Pela ótica do Brasil, não faz nenhum sentido modificar o contrato. Houve momentos em que pagamos mais caro pela energia de Itaipu do que pagaríamos se comprássemos o insumo de outras fontes, no mercado interno e nunca houve uma tentativa de alterar a regra do jogo por causa disso", observa o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales. O ex-conselheiro de administração de Itaipu e atual membro do conselho de administração da Cemig, João Camilo Pena, também defende que o contrato não pode ser rasgado. "Ele é a base de garantia dos empréstimos que financiaram a obra", justifica.